



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de disponibilização/locação de veículos, máquinas e equipamentos, com fornecimento de motoristas e operadores, conforme aplicável a cada item, incluindo combustível, lubrificantes, pneus, peças, manutenção preventiva e corretiva, seguros quando legalmente exigíveis, equipamentos de proteção individual – EPIs, uniformes, mobilização, desmobilização e demais insumos e custos necessários à adequada execução dos serviços, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a locação de veículos, máquinas e equipamentos, com fornecimento dos respectivos motoristas e operadores, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, incluindo os recursos necessários à adequada utilização dos equipamentos e veículos**, conforme as especificações estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto compreende os 10 (dez) itens constantes da Planilha Orçamentária, conforme descrição, unidade de medida e quantitativos anuais máximos estimados a seguir:

Item	Código	Descrição	Unid.	Quantidade anual estimada
1	19.004.0013-2	Caminhão basculante tipo toco, com capacidade de 7,00 m³, inclusive motorista	h	9.468
2	19.004.0022-2	Caminhão-tanque, com capacidade de 15.000 litros, inclusive motorista	h	3.240
3	19.005.0017-2	Trator de esteiras, com motor a diesel de aproximadamente 80 cv, inclusive operador	h	2.340
4	19.005.0028-2	Retroescavadeira/carregadeira, com motor a diesel de aproximadamente 75 cv, inclusive operador	h	2.748

5	19.004.0016-2	Caminhão basculante trucado, com capacidade de 12,00 m ³ , inclusive motorista	h	2.748
6	19.004.0031-C	Carreta para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 30 toneladas, inclusive motorista	h	660
7	19.004.0035-C	Microônibus, com capacidade mínima de 15 lugares, inclusive motorista	h	1.440
8	EQ 04.10.0020	Caminhão equipado com cesto aéreo isolado, com altura operacional mínima de 9,00 m, inclusive motorista/operador	h	3.168
9	EQ 04.10.0035	Caminhão equipado com plataforma aérea ou cesto duplo isolado, com altura operacional mínima de 23,50 m, inclusive motorista/operador	h	3.168
10	EQ 04.05.0450	Caminhão equipado com guindaste hidráulico e cesto duplo, com alcance mínimo de 16,00 m, inclusive motorista/operador	h	3.168

1.3. Os serviços serão executados conforme a necessidade da Administração, nos locais e frentes de trabalho definidos pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, abrangendo, conforme a natureza de cada item, atividades de manutenção e conservação da infraestrutura urbana e rural, recuperação e manutenção de vias, serviços de drenagem, movimentação e transporte de materiais, apoio à execução de obras e demais atividades compatíveis com os veículos, máquinas e equipamentos contratados.

1.4. Os quantitativos indicados no subitem 1.2 constituem estimativas máximas para o período de vigência da contratação e não representam obrigação de contratação integral pela Administração. O pagamento será realizado somente pelas horas efetivamente disponibilizadas e utilizadas, devidamente medidas, atestadas e aprovadas pela fiscalização contratual.

1.5. A contratação será estruturada mediante **Sistema de Registro de Preços**, em razão da natureza variável da demanda, permitindo a utilização dos recursos conforme a necessidade e a programação dos serviços.

1.6. O julgamento observará o critério de **menor preço por item**, considerando a autonomia operacional e as características específicas de cada veículo, máquina ou equipamento, admitida a adjudicação de itens a empresas distintas.

1.7. A necessidade administrativa possui caráter continuado, considerando a permanência das atividades de infraestrutura e serviços públicos sob responsabilidade da Secretaria, sem que isso implique utilização contínua ou ininterrupta de todos os equipamentos durante o período contratual.

1.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, observadas as disposições legais aplicáveis e as condições estabelecidas no edital e na própria Ata quanto à eventual prorrogação.

1.9. O registro dos preços e quantitativos não gera para a Administração obrigação de contratação, ficando a utilização dos itens condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e às

demais condições legais aplicáveis no momento da contratação.

1.10. A execução e a disponibilização dos veículos, máquinas e equipamentos deverão observar este Termo de Referência, o edital, a Ata de Registro de Preços, os instrumentos contratuais dela decorrentes e as respectivas Ordens de Serviço, além da legislação e das normas técnicas, de trânsito, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2 . 1 . A contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos capacidade operacional compatível com as atividades de manutenção e conservação da infraestrutura urbana e rural do Município, especialmente aquelas que dependem da utilização de veículos, máquinas e equipamentos de características específicas.

2 . 2 . A demanda compreende diferentes frentes de atuação, incluindo intervenções em vias públicas e estradas vicinais, serviços de drenagem, movimentação e transporte de materiais, apoio às obras municipais e atendimento de situações que exijam resposta operacional, além de atividades especializadas que demandem equipamentos para trabalhos em altura.

2 . 3 . A estrutura necessária ao atendimento dessas demandas deve ser compatível com a variação das atividades desenvolvidas pela Secretaria, considerando que diferentes frentes de trabalho podem ocorrer simultaneamente e que as necessidades de utilização dos equipamentos dependem das condições concretas de execução dos serviços, das características dos locais de intervenção e da ocorrência de demandas extraordinárias.

2 . 4 . Nesse contexto, a contratação mostra-se necessária para assegurar a disponibilidade dos meios operacionais adequados às atividades que não possam ser atendidas, em determinado momento, pela estrutura disponível, seja em razão da ocupação da frota, de indisponibilidade temporária ou da necessidade de equipamento com características técnicas específicas.

2.5. A necessidade abrange, ainda, equipamentos especializados para atividades de elevação de pessoas e materiais e trabalhos em altura, cujas características técnicas e condições de operação exigem recursos específicos compatíveis com a natureza dos serviços a serem realizados.

2.6. A contratação deverá, portanto, proporcionar os meios necessários ao atendimento das atividades sob responsabilidade da Secretaria, preservando a capacidade de resposta da Administração diante das demandas ordinárias e extraordinárias de manutenção e conservação da infraestrutura municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3 . 1 . A solução consiste na disponibilização, por meio da contratação, dos veículos, máquinas e equipamentos especificados neste Termo de Referência, acompanhados dos respectivos motoristas e operadores, quando aplicável, e dos recursos necessários à sua utilização durante a execução dos serviços.

3.2. A solução foi estruturada de modo a reunir diferentes categorias de veículos e equipamentos, cada uma destinada a necessidades operacionais específicas, permitindo o atendimento das diversas frentes de trabalho da Secretaria sem vincular a execução a uma única modalidade de equipamento.

3 . 3 . Caberá à contratada assegurar que os recursos disponibilizados permaneçam em condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança durante sua utilização, incluindo, conforme aplicável a cada item, combustível, lubrificantes, pneus, peças, manutenção preventiva e corretiva, seguros legalmente exigíveis e demais insumos necessários à operação.

3 . 4 . Os motoristas e operadores disponibilizados deverão possuir a habilitação e a qualificação compatíveis com as atividades que lhes forem atribuídas, observadas as exigências específicas estabelecidas para cada equipamento e as normas aplicáveis.

3.5. A disponibilização dos recursos ocorrerá conforme as solicitações da Administração e as respectivas Ordens de Serviço, observados os quantitativos máximos registrados e os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

3 . 6 . Os veículos, máquinas e equipamentos serão organizados em **itens independentes**, considerando suas diferenças de características, capacidades e finalidades, permitindo que cada item seja contratado de forma autônoma.

3 . 7 . Os itens destinados a atividades especializadas em altura deverão atender às respectivas características técnicas e condições de segurança estabelecidas neste Termo de Referência, de modo compatível com as operações para as quais foram previstos.

3 . 8 . A solução deverá possibilitar a utilização dos recursos nas diferentes frentes de trabalho da Secretaria, conforme a programação dos serviços e as necessidades identificadas, inclusive em atividades de manutenção de vias, drenagem, transporte e movimentação de materiais, apoio às obras e demais intervenções compatíveis com os equipamentos contratados.

3 . 9 . A configuração adotada permite que a Administração disponha dos recursos necessários sem a necessidade de manter, para cada uma das atividades abrangidas, estrutura própria correspondente de veículos, equipamentos, manutenção e operação, mantendo-se com a contratada as obrigações relacionadas à disponibilização e às condições operacionais dos itens contratados.

3.10. A solução deverá ser executada de acordo com as especificações técnicas, condições de utilização, critérios de medição e pagamento e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços e o atendimento das necessidades administrativas identificadas.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais de Execução

4.1.1. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, observadas as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e as condições necessárias à adequada execução das atividades para as quais forem empregados.

4.1.2. A contratada deverá disponibilizar, para cada item contratado, motorista ou operador devidamente habilitado e qualificado, quando previsto na respectiva especificação, responsabilizando-se integralmente pelos encargos decorrentes da contratação, remuneração, treinamento, substituição e demais obrigações

relacionadas aos profissionais empregados na execução.

4.1.3. Os motoristas e operadores permanecerão subordinados exclusivamente à contratada, a quem caberá a direção e gestão da respectiva mão de obra, competindo à Administração apenas estabelecer as demandas, locais, horários e condições de execução dos serviços, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais.

4.1.4. A contratação não envolverá dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo cessão de trabalhadores à Administração. Os profissionais deverão ser disponibilizados pela contratada na medida necessária à execução dos serviços correspondentes aos equipamentos efetivamente demandados.

4.2. Combustível, insumos e manutenção

4.2.1. Caberá à contratada fornecer, às suas expensas, o combustível, lubrificantes, graxas, pneus, peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao funcionamento e à adequada utilização dos veículos, máquinas e equipamentos, conforme as características de cada item.

4.2.2. A contratada será responsável pela realização de toda manutenção preventiva e corretiva necessária à conservação dos equipamentos, incluindo substituição de peças, componentes, pneus e demais elementos sujeitos a desgaste ou falha decorrentes de sua utilização normal.

4.2.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados, sempre que possível, fora do horário de expediente e de modo a reduzir a indisponibilidade dos equipamentos e evitar prejuízos à continuidade das atividades programadas pela Administração.

4.2.4. As intervenções de manutenção deverão ser realizadas por profissionais tecnicamente habilitados e mediante utilização de peças, componentes e materiais compatíveis com as características e especificações dos respectivos veículos e equipamentos.

4.2.5. A realização de manutenção, reparos ou substituições não poderá resultar na disponibilização de equipamento em condições inferiores às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. Equipamentos especializados e requisitos de segurança

4.3.1. Os equipamentos destinados às atividades que envolvam trabalho em altura, elevação de pessoas ou materiais e operação próxima a instalações elétricas deverão atender às exigências técnicas e de segurança aplicáveis à natureza de cada atividade, especialmente às disposições pertinentes da **NR-12, NR-35 e NR-10**, conforme o caso.

4.3.2. Para os itens 8, 9 e 10, a contratada deverá manter os equipamentos em condições adequadas de segurança e operação, inclusive quanto aos dispositivos de proteção, sistemas de emergência, mecanismos de estabilização, controles, sinalização e demais elementos exigidos pelas características do equipamento e pelas normas aplicáveis.

4.3.3. Os profissionais responsáveis pela condução e operação dos equipamentos especializados deverão possuir capacitação compatível com as atividades desempenhadas, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao trabalho em altura, à operação de máquinas e equipamentos e às atividades

realizadas em proximidade de instalações elétricas.

4.3.4. Os equipamentos e seus sistemas de segurança deverão permanecer submetidos às inspeções, verificações e manutenções exigidas pelas normas aplicáveis, pelos fabricantes e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.5. A contratada deverá fornecer e exigir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados às atividades desenvolvidas, em quantidade suficiente e em condições apropriadas de conservação e uso, sem prejuízo dos demais equipamentos e medidas de proteção coletiva exigíveis.

4.4. Documentação e regularidade dos equipamentos

4.4.1. Os veículos e equipamentos disponibilizados deverão possuir documentação regular e compatível com sua utilização, observadas as exigências legais, regulamentares e administrativas aplicáveis a cada categoria.

4.4.2. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de regularidade necessárias à circulação, operação e utilização dos veículos e equipamentos, inclusive quanto aos seguros legalmente exigíveis, licenciamento, inspeções e demais documentos aplicáveis.

4.4.3. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória da regularidade dos veículos, equipamentos, profissionais e demais elementos empregados na execução.

4.5. Sustentabilidade e aspectos ambientais

4.5.1. A execução deverá observar a legislação ambiental aplicável, especialmente quanto ao armazenamento, manuseio, transporte e destinação de combustíveis, lubrificantes, óleos usados, filtros, peças, pneus e demais resíduos decorrentes da operação e manutenção dos equipamentos.

4.5.2. Os resíduos provenientes das atividades de manutenção deverão receber destinação ambientalmente adequada, sendo vedado o descarte de óleos, combustíveis, fluidos, peças, pneus ou outros resíduos diretamente no solo, na rede de drenagem ou em locais não autorizados.

4.5.3. Quando a execução do objeto envolver atividades sujeitas a licenciamento ou autorização ambiental específica, a contratada deverá manter as respectivas licenças, autorizações e documentos de regularidade válidos durante todo o período em que forem exigíveis.

4.5.4. Nos casos em que houver transporte de resíduos abrangido por exigências específicas dos órgãos ambientais, deverão ser observadas as condições aplicáveis, inclusive quanto à **Licença de Operação – LO**, às certidões ou documentos ambientais pertinentes perante o **INEA** e ao **Cadastro Técnico Federal – CTF/CR do IBAMA**, quando exigíveis para a atividade.

4.5.5. A contratada deverá adotar medidas destinadas a reduzir vazamentos, derramamentos, emissões e demais impactos ambientais associados à operação e manutenção dos equipamentos, mantendo-os em condições adequadas de funcionamento.

4.6. Qualificação técnica

4.6.1. A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional, se necessário, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstre(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, em características, quantidades e complexidade operacional.

4.6.2. Para fins de qualificação técnico-operacional, poderá ser exigida comprovação de experiência correspondente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos das parcelas de maior relevância**, observados os limites e condições estabelecidos na legislação aplicável e no edital.

4.6.3. A comprovação deverá guardar correspondência com as características relevantes do objeto, não sendo exigida experiência em parcelas que não apresentem pertinência ou relevância para a demonstração da capacidade necessária à execução contratual.

4.6.4. Para os **itens 8, 9 e 10**, relativos aos equipamentos especializados, deverá ser comprovada experiência anterior compatível com a disponibilização e/ou operação de equipamentos de natureza equivalente, especialmente quanto à utilização de cestos aéreos, plataformas aéreas e equipamentos dotados de guindaste e cesto, conforme as características de cada item.

4.6.5. A qualificação exigida deverá ser suficiente para demonstrar a capacidade da futura contratada de disponibilizar os equipamentos e profissionais em condições adequadas de funcionamento, operação e segurança, sem estabelecer exigências desproporcionais ou sem pertinência com o objeto.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS

5.1. Item 1 – Caminhão basculante tipo toco, capacidade de 7,00 m³, inclusive motorista.

5.1.1. O equipamento deverá consistir em caminhão basculante tipo toco, com capacidade mínima de **7,00 m³**, destinado ao transporte de materiais compatíveis com sua capacidade operacional, inclusive com disponibilização de motorista devidamente habilitado.

5.1.2. O veículo deverá apresentar condições adequadas de conservação, funcionamento e segurança, estando apto à operação durante todo o período de disponibilização, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

5.1.3. A disponibilização compreenderá todos os recursos necessários à operação do veículo, nos termos deste Termo de Referência, inclusive motorista, combustível, lubrificantes, pneus, manutenção e demais insumos de responsabilidade da contratada.

5.2. Item 2 – Caminhão-tanque, capacidade de 15.000 litros, inclusive motorista.

5.2.1. O equipamento deverá consistir em caminhão-tanque com capacidade mínima de **15.000 litros**, inclusive motorista devidamente habilitado.

5.2.2. O veículo deverá estar equipado e em condições de realizar o transporte e a utilização operacional compatíveis com sua finalidade, observadas as normas de segurança, trânsito e demais disposições aplicáveis.

5.2.3. Deverão estar incluídos na disponibilização todos os custos e recursos necessários à adequada operação do equipamento, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. Item 3 – Trator de esteiras, motor a diesel em torno de 80 cv, inclusive operador.

5.3.1. O equipamento deverá consistir em trator de esteiras, equipado com **motor a diesel de aproximadamente 80 cv**, inclusive operador devidamente qualificado.

5.3.2. Deverá possuir lâmina com peso de referência de aproximadamente **1.290 kg**, conforme a especificação técnica utilizada para a composição do item, e apresentar condições adequadas para execução das atividades compatíveis com sua natureza e capacidade operacional.

5.3.3. A contratação compreenderá a disponibilização do operador e dos demais recursos necessários à operação, manutenção e conservação do equipamento, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.4. Item 4 – Retroescavadeira/carregadeira, motor a diesel em torno de 75 cv, inclusive operador.

5.4.1. O equipamento deverá consistir em **retroescavadeira/carregadeira**, equipada com motor a diesel de aproximadamente **75 cv**, inclusive operador devidamente qualificado.

5.4.2. Deverá possuir capacidade de caçamba de referência de aproximadamente **0,76 m³** e profundidade máxima de escavação de aproximadamente **4,00 m**, observadas as características técnicas do equipamento ofertado.

5.4.3. O equipamento deverá apresentar condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança para a execução das atividades de escavação, carregamento, movimentação de materiais e demais operações compatíveis com sua configuração.

5.5. Item 5 – Caminhão basculante trucado, capacidade de 12,00 m³, inclusive motorista.

5.5.1. O equipamento deverá consistir em caminhão basculante trucado, com capacidade mínima de **12,00 m³**, inclusive motorista devidamente habilitado.

5.5.2. O veículo deverá apresentar condições adequadas de conservação, funcionamento e segurança, sendo compatível com as atividades de transporte de materiais e demais serviços para os quais seja solicitado.

5.5.3. Deverão estar compreendidos na disponibilização todos os recursos necessários à operação e manutenção do veículo, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. Item 6 – Carreta para transporte pesado, capacidade de carga útil de 30 toneladas, inclusive motorista.

5.6.1. O equipamento deverá consistir em **carreta destinada ao transporte pesado**, com capacidade mínima de **30 toneladas de carga útil**, inclusive motorista devidamente habilitado.

5.6.2. A carreta deverá apresentar condições adequadas de conservação e segurança e ser compatível com o transporte de cargas e equipamentos dentro dos limites de sua capacidade operacional e das normas aplicáveis.

5.6.3. A disponibilização compreenderá os recursos necessários à operação e manutenção do conjunto, nos termos deste Termo de Referência.

5.7. Item 7 – Microônibus, capacidade mínima de 15 lugares, inclusive motorista.

5.7.1. O veículo deverá consistir em **microônibus com capacidade mínima de 15 lugares**, inclusive motorista devidamente habilitado.

5.7.2. Deverá apresentar condições adequadas de funcionamento, conservação, segurança e regularidade documental para o transporte de pessoas, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

5.7.3. A disponibilização do veículo compreenderá motorista e os demais custos necessários à sua adequada operação, manutenção e conservação, conforme previsto neste Termo de Referência.

5.7.4. A capacidade mínima de 15 lugares e a inclusão do motorista integram a especificação consolidada do item.

5.8. Item 8 – Caminhão com cesto aéreo isolado, altura operacional mínima de 9,00 m, inclusive motorista/operador.

5.8.1. O equipamento deverá consistir em **caminhão com carroceria fixa, capacidade de aproximadamente 3,50 toneladas, equipado com cesto aéreo isolado para redes de até 69 kV**, com altura de operação de, no mínimo, **9,00 m**.

5.8.2. O conjunto deverá possuir **giro de 360°**, alcance lateral operacional mínimo de **5,00 m**, sistema de segurança e emergência acoplado à carroceria e demais dispositivos necessários à operação segura.

5.8.3. O equipamento deverá ser disponibilizado com **motorista/operador devidamente habilitado e capacitado**, bem como com os materiais necessários à operação e manutenção.

5.8.4. Deverá possuir **sinalizador visual rotativo amarelo ou âmbar**, além dos dispositivos de segurança aplicáveis à configuração ofertada.

5.8.5. O cesto, seus comandos, estabilizadores e sistemas de emergência deverão permanecer em condições seguras de utilização, devendo ser mantidos os registros das inspeções e dos ensaios aplicáveis ao equipamento.

5.9. Item 9 – Caminhão com plataforma aérea ou cesto duplo isolado, altura operacional mínima de 23,50 m, inclusive motorista/operador.

5.9.1. O equipamento deverá consistir em **caminhão com carroceria fixa, capacidade de aproximadamente 7,50 toneladas, equipado com motor diesel de 162 cv e plataforma aérea dupla ou cesto duplo isolado para redes de até 69 kV**, com altura de operação de, no mínimo, **23,50 m**.

5.9.2. Deverá possuir **giro de 360°**, alcance lateral operacional mínimo de **11,00 m**, sistema de segurança e emergência acoplado à carroceria e dispositivos compatíveis com a operação em altura.

5.9.3. O equipamento deverá ser disponibilizado com **motorista/operador devidamente habilitado e**

capacitado, além dos materiais necessários à operação e manutenção.

5.9.4. Deverá possuir **sinalizador visual rotativo amarelo ou âmbar**, mantendo-se em condições adequadas de funcionamento todos os dispositivos de segurança, estabilização, comandos e sistemas de emergência.

5.9.5. A configuração ofertada deverá respeitar os limites de operação estabelecidos pelo fabricante e os requisitos de inspeção, ensaio e segurança aplicáveis.

5.10. Item 10 – Caminhão com guindaste hidráulico e cesto duplo, alcance mínimo de 16,00 m, inclusive motorista/operador.

5.10.1. O equipamento deverá consistir em **caminhão com carroceria fixa, capacidade de aproximadamente 7,50 toneladas, equipado com motor diesel de 162 cv, guindaste hidráulico acoplado e cesto duplo**, inclusive motorista/operador.

5.10.2. O guindaste hidráulico deverá possuir **momento de carga útil de aproximadamente 15,5 tf/m**, com lança equipada com cesto duplo e alcance vertical mínimo de **16,00 m**.

5.10.3. O equipamento deverá ser disponibilizado com motorista/operador devidamente habilitado e capacitado e com os materiais necessários à sua operação e manutenção.

5.10.4. Deverá possuir **sinalizador visual rotativo amarelo ou âmbar**, estabilizadores e demais dispositivos de segurança compatíveis com sua configuração e finalidade.

5.10.5. O conjunto deverá permanecer em condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança, observados os limites operacionais estabelecidos pelo fabricante e as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Acionamento e programação dos serviços

6.1.1. A execução dos serviços ocorrerá **exclusivamente mediante Ordem de Serviço – OS**, emitida pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, observadas a necessidade efetivamente constatada, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e os quantitativos máximos registrados para cada item.

6.1.2. A emissão da Ordem de Serviço constituirá o instrumento formal de acionamento da contratada e deverá permitir a identificação precisa da demanda a ser atendida, de modo a assegurar a correspondência entre a necessidade administrativa, o equipamento disponibilizado e o serviço efetivamente executado.

6.1.3. Cada Ordem de Serviço deverá indicar, conforme aplicável à natureza da atividade:

- I.** o item e o equipamento a ser disponibilizado;
- II.** a descrição sucinta da atividade a ser realizada;
- III.** o local de execução, inclusive indicação de zona urbana, zona rural, distrito, estrada vicinal ou

outro ponto de atendimento;

- IV. o período previsto para execução;
- V. o horário programado para início e término;
- VI. a quantidade estimada de horas de utilização;
- VII. o servidor responsável pelo acompanhamento;
- VIII. as condições específicas de acesso ou execução, quando relevantes; e
- IX. os riscos ou condições especiais identificadas pela Administração.

6.1.4. Para os **itens 8, 9 e 10**, em razão das características dos equipamentos destinados a atividades de elevação e trabalho em altura, a Ordem de Serviço deverá conter, adicionalmente, quando aplicável, a indicação da **altura ou alcance necessários, proximidade de instalações elétricas, condições de acesso ao local, necessidade de isolamento da área e demais controles de segurança pertinentes à atividade.**

6.1.5. A programação constante da Ordem de Serviço constituirá referência para o planejamento da execução, não implicando, por si só, garantia de utilização integral das horas nela estimadas, caso a atividade seja concluída antecipadamente ou a necessidade administrativa seja alterada.

6.1.6. A Administração poderá emitir novas Ordens de Serviço durante a vigência da contratação, de forma gradual e conforme a demanda efetivamente verificada, respeitados os quantitativos máximos registrados e as demais condições estabelecidas nos instrumentos da contratação.

6.1.7. A existência de quantitativos registrados não conferirá à contratada direito à utilização integral das horas estimadas, devendo a execução observar exclusivamente as demandas formalmente autorizadas pela Administração.

6.2. Apresentação e disponibilização dos equipamentos

6.2.1. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá disponibilizar o equipamento correspondente no local, data e horário definidos pela Administração, acompanhado do respectivo motorista ou operador, quando exigido para o item.

6.2.2. O equipamento apresentado deverá corresponder à especificação contratada e encontrar-se em condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança, de modo a permitir o início regular das atividades.

6.2.3. Antes do início da operação, a fiscalização poderá verificar a correspondência do equipamento com a Ordem de Serviço e com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à identificação do veículo ou equipamento, documentação pertinente e presença do profissional responsável pela condução ou operação.

6.2.4. A apresentação de equipamento que não corresponda às características contratadas ou que apresente condição que comprometa sua utilização segura poderá ensejar sua **recusa pela fiscalização e**

determinação de substituição, sem que o período correspondente seja considerado para fins de medição e pagamento.

6.2.5. Nos equipamentos destinados a trabalho em altura, elevação de pessoas ou proximidade de instalações elétricas, a liberação para operação ficará condicionada à observância dos requisitos de segurança e à existência dos documentos, inspeções, ensaios e demais elementos técnicos exigíveis para a configuração utilizada.

6.3. Início, desenvolvimento e encerramento da execução

6.3.1. A contagem das horas passíveis de medição observará o período de efetiva execução do serviço, devidamente registrado e posteriormente conferido pela fiscalização.

6.3.2. Durante a execução, o motorista ou operador deverá permanecer responsável pela condução ou operação do equipamento, observadas as atribuições profissionais, os limites técnicos do equipamento e as condições de segurança aplicáveis.

6.3.3. A Administração poderá acompanhar a execução diretamente ou por meio dos fiscais designados, verificando a correspondência entre o serviço autorizado e aquele efetivamente realizado.

6.3.4. Qualquer ocorrência capaz de interromper, reduzir ou comprometer a execução deverá ser comunicada à fiscalização e registrada nos documentos de acompanhamento, com indicação da causa, do período afetado e das providências adotadas.

6.3.5. Encerrada a atividade prevista na Ordem de Serviço, deverão ser registrados os dados necessários à posterior medição, especialmente os horários efetivos de início e término, equipamento utilizado, profissional responsável, local e serviço realizado.

6.3.6. Eventuais alterações de programação, interrupções ou determinações extraordinárias da Administração deverão ser formalmente registradas, de modo a preservar a rastreabilidade da execução e permitir a adequada distinção entre períodos produtivos e períodos não imputáveis à contratada.

6.4. Regime de utilização e locais de execução

6.4.1. Os equipamentos serão utilizados de acordo com as necessidades operacionais da Secretaria, podendo ser direcionados para diferentes frentes de trabalho ao longo da vigência da contratação, desde que as atividades sejam compatíveis com as características e finalidade do respectivo item.

6.4.2. A execução poderá ocorrer em **toda a extensão territorial do Município**, incluindo zona urbana, zona rural, distritos, estradas vicinais e demais áreas em que seja necessária a atuação da Secretaria.

6.4.3. A localização indicada na Ordem de Serviço deverá ser observada pela contratada, competindo-lhe providenciar os meios necessários para a apresentação do equipamento no ponto determinado.

6.4.4. O deslocamento da base da contratada até o primeiro local de execução, bem como a mobilização e a desmobilização, não constituirão horas produtivas passíveis de medição, salvo disposição expressa em sentido diverso no instrumento contratual.

6.5. Controle e registro da execução

6.5.1. A execução deverá ser acompanhada por registros que permitam a **rastreabilidade integral dos serviços prestados**, desde a emissão da Ordem de Serviço até a respectiva medição e pagamento.

6.5.2. Deverão ser mantidos, conforme aplicável, registros contendo:

- I.** número e data da Ordem de Serviço;
- II.** item contratado;
- III.** equipamento utilizado e sua identificação;
- IV.** motorista ou operador responsável;
- V.** local de execução;
- VI.** atividade realizada;
- VII.** horário de início e término;
- VIII.** ocorrências, interrupções ou paralisações verificadas;
- IX.** providências adotadas; e
- X.** identificação e atesto do servidor responsável pelo acompanhamento.

6.5.3. Os registros deverão ser suficientemente detalhados para possibilitar a conferência entre o serviço solicitado, o equipamento efetivamente disponibilizado, o período de utilização e o valor posteriormente faturado.

6.5.4. A contratada deverá disponibilizar à fiscalização os documentos e registros necessários à conferência da execução sempre que solicitados.

6.5.5. A ausência de registro suficiente para comprovar a efetiva execução das horas poderá impedir seu reconhecimento para fins de medição, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

6.6. Medição dos serviços

6.6.1. A medição será realizada **mensalmente**, considerando exclusivamente as horas efetivamente executadas, registradas e devidamente atestadas pela fiscalização contratual.

6.6.2. Para fins de medição, deverão ser confrontados, no mínimo:

- I.** a Ordem de Serviço correspondente;
- II.** os registros de execução;
- III.** os horários efetivamente cumpridos;
- IV.** o equipamento efetivamente utilizado;

V. o profissional responsável pela condução ou operação;

VI. eventuais ocorrências que tenham afetado a execução.

6.6.3. Somente serão consideradas produtivas as horas em que o equipamento estiver efetivamente disponibilizado e apto à execução da atividade determinada pela Administração, observado o registro e o atesto da fiscalização.

6.6.4. Não serão remuneradas as horas correspondentes a:

I. manutenção preventiva ou corretiva;

II. abastecimento;

III. falta de combustível;

IV. ausência de motorista ou operador;

V. paralisação decorrente de defeito ou falha do equipamento;

VI. mobilização e desmobilização;

VII. outros períodos de inatividade decorrentes de causa imputável à contratada.

6.6.5. Eventuais períodos de paralisação ou suspensão determinados pela Administração deverão ser registrados separadamente, de modo a permitir sua adequada análise pela fiscalização e a aplicação das condições de medição previstas no contrato.

6.6.6. A medição aprovada pela fiscalização constituirá a base para o faturamento do período, não sendo admitida cobrança de horas que não estejam devidamente comprovadas e atestadas.

6.7. Disponibilidade operacional

6.7.1. Durante o período programado para execução, a contratada deverá assegurar **disponibilidade mínima de 98% do equipamento**, ressalvadas as suspensões formalmente determinadas pela Administração e os eventos extraordinários expressamente reconhecidos.

6.7.2. Para fins de acompanhamento, a disponibilidade poderá ser apurada pela relação entre as horas em que o equipamento permaneceu disponível e apto à execução e as horas programadas na respectiva Ordem de Serviço.

6.7.3. Serão consideradas situações de indisponibilidade, quando imputáveis à contratada, aquelas decorrentes de defeito, quebra, manutenção, falta de combustível, ausência de motorista ou operador, irregularidade documental ou qualquer outra ocorrência que impeça a utilização regular do equipamento.

6.7.4. A indisponibilidade deverá ser registrada pela fiscalização, com indicação de sua causa e duração, para fins de controle da execução, medição e eventual aplicação das medidas contratuais cabíveis.

6.8. Substituição dos equipamentos

6.8.1. O equipamento que apresentar defeito, falha ou qualquer condição que impeça sua utilização regular deverá ser **substituído pela contratada, sem custo adicional para a Administração**, por outro que atenda às especificações contratadas ou apresente características superiores.

6.8.2. O prazo máximo para substituição será de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da comunicação da ocorrência à contratada, sem prejuízo de prazo inferior que possa ser estabelecido em razão da natureza ou urgência do serviço.

6.8.3. A substituição não poderá resultar em redução da capacidade operacional necessária à execução da atividade determinada pela Administração.

6.8.4. O equipamento substituto deverá igualmente atender aos requisitos de segurança, documentação, habilitação profissional e demais condições previstas neste Termo de Referência.

6.8.5. Nas situações em que a falha ou indisponibilidade comprometer a segurança dos trabalhadores, usuários ou terceiros, a atividade deverá ser imediatamente interrompida até que sejam restabelecidas condições adequadas de execução.

6.9. Situações emergenciais e variação da demanda

6.9.1. Considerando a natureza das atividades da Secretaria, as Ordens de Serviço poderão decorrer tanto de programação ordinária quanto de **situações emergenciais ou de necessidade operacional superveniente**, respeitados os limites do objeto contratado.

6.9.2. Nas situações emergenciais, a Administração poderá estabelecer programação diferenciada quanto ao local, horário e prioridade de atendimento, desde que preservadas as condições de segurança e os requisitos técnicos aplicáveis ao equipamento.

6.9.3. A existência de demanda emergencial não afastará a necessidade de formalização do acionamento, do registro da execução e da posterior medição e atesto dos serviços.

6.9.4. Nos itens destinados a trabalho em altura ou operação próxima a instalações elétricas, eventual urgência do serviço **não afastará os requisitos técnicos e de segurança aplicáveis**, devendo a atividade somente ser iniciada quando presentes as condições necessárias à sua realização segura.

6.10. Recebimento e aceite dos serviços

6.10.1. O recebimento dos serviços será realizado mediante verificação de sua conformidade com a Ordem de Serviço, com as especificações deste Termo de Referência e com as demais condições da contratação.

6.10.2. A fiscalização verificará, entre outros aspectos pertinentes:

- I.** a efetiva disponibilização do equipamento solicitado;
- II.** a correspondência entre o equipamento utilizado e o item contratado;

- III. a presença do motorista ou operador exigido;
- IV. o cumprimento do período autorizado;
- V. a quantidade de horas efetivamente executadas;
- VI. a adequação do serviço realizado à finalidade estabelecida na Ordem de Serviço; e
- VII. a ocorrência de falhas, paralisações ou outras situações que possam repercutir na medição.

6.10.3. Constatada desconformidade, a fiscalização deverá registrá-la e determinar, quando cabível, sua correção ou a adoção da providência necessária, sem prejuízo da não contabilização das horas correspondentes quando não houver efetiva prestação do serviço.

6.10.4. O atesto da medição somente será realizado após a verificação da regularidade da execução e da documentação necessária à comprovação dos serviços.

6.11. Rastreabilidade e documentação da execução

6.11.1. Toda a execução deverá permanecer documentalmente vinculada à respectiva Ordem de Serviço, de forma a possibilitar a reconstrução do percurso administrativo entre **demanda → autorização → disponibilização → execução → medição → atesto → faturamento → pagamento**.

6.11.2. Os documentos e registros produzidos durante a execução deverão permanecer disponíveis para fiscalização, auditoria e demais formas de controle administrativo, observados os prazos e procedimentos aplicáveis.

6.11.3. A sistemática de execução deverá permitir à Administração identificar, para cada hora faturada, **qual equipamento foi utilizado, em qual local, para qual finalidade, em qual período e sob responsabilidade de qual motorista ou operador**, garantindo a correspondência entre a despesa realizada e o serviço efetivamente prestado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Da Gestão e Fiscalização

7.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos formalmente designados pela Administração, observadas as atribuições e responsabilidades estabelecidas na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente em seu art. 117 e seguintes, e nas normas municipais aplicáveis.

7.1.2. A gestão contratual compreenderá o acompanhamento global do ajuste, incluindo a avaliação do cumprimento das obrigações contratuais, a coordenação das providências administrativas necessárias à execução, o acompanhamento das medições e pagamentos, o tratamento das ocorrências relevantes e a adoção das medidas necessárias à preservação do interesse público.

7.1.3. A fiscalização será exercida de forma compatível com a natureza e a complexidade do objeto, abrangendo, conforme as atribuições de cada agente, a verificação da **disponibilidade dos veículos, máquinas e equipamentos, de suas condições de funcionamento e conservação, da correspondência**

com as especificações contratadas, da presença e qualificação dos motoristas e operadores, das horas efetivamente trabalhadas, das condições de segurança, do cumprimento das Ordens de Serviço e dos demais parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

7.1.4. A fiscalização não se limitará à conferência documental, devendo compreender, sempre que necessário, verificações presenciais nos locais de execução, análise dos registros produzidos durante a prestação dos serviços e confronto entre a execução declarada pela contratada e as evidências disponíveis.

7.1.5. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade pela perfeita execução do objeto, nem transfere à Administração os encargos ou responsabilidades legalmente atribuídos à contratada. A fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo Município não reduz a responsabilidade da contratada pelos danos decorrentes da execução do contrato.

7.2. Da designação dos responsáveis

7.2.1. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados pela autoridade competente, mediante ato formal, observados os requisitos previstos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, podendo ser designados substitutos para assegurar a continuidade das atividades durante afastamentos ou impedimentos.

7.2.2. A equipe responsável pela gestão e fiscalização será identificada no instrumento contratual ou em ato de designação próprio, conforme quadro a ser preenchido pela Administração:

Função	Nome	Cargo	Matrícula
Gestor do contrato	LEONARDO GUALANDE ALMEIDA	Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos	11230-4
Fiscal técnico	LORENA DA SILVA LEITE	Engenheira Civil	9490
Fiscal administrativo	GERALDO ANTONIO TEODORO LIMA	Coordenador de Fiscalização	304-4

7.2.3. A distribuição de atribuições entre gestor, fiscal técnico, fiscal administrativo e eventual fiscal setorial deverá ser formalizada no ato de designação, evitando sobreposição de responsabilidades e assegurando a identificação do agente responsável por cada etapa do acompanhamento contratual.

7.3. Do acompanhamento da execução

7.3.1. A fiscalização deverá manter registros suficientes para demonstrar o acompanhamento da execução, incluindo, conforme a natureza dos serviços:

- I.** as Ordens de Serviço emitidas e os respectivos serviços programados;
- II.** os equipamentos disponibilizados, com identificação suficiente para sua individualização;
- III.** os locais e frentes de serviço atendidos;

- IV. os motoristas e operadores empregados na execução;
- V. as horas efetivamente trabalhadas;
- VI. as ocorrências verificadas durante a execução;
- VII. as indisponibilidades, falhas, substituições e períodos de paralisação;
- VIII. as desconformidades identificadas;
- IX. as determinações expedidas à contratada;
- X. as providências adotadas para correção das irregularidades; e
- XI. os demais fatos relevantes para a avaliação da execução e para a liquidação da despesa.

7.3.2. Os registros deverão permitir a rastreabilidade entre a **Ordem de Serviço, o equipamento efetivamente disponibilizado, a execução realizada, as horas apuradas, a medição correspondente e o pagamento**, especialmente porque a remuneração dos serviços será vinculada às horas efetivamente executadas e atestadas.

7.3.3. A fiscalização poderá solicitar à contratada documentos, relatórios, registros operacionais, comprovantes e demais elementos necessários à verificação da execução, desde que relacionados ao objeto e necessários ao exercício de suas atribuições.

7.3.4. A contratada deverá manter os registros operacionais exigidos neste Termo de Referência de forma organizada e disponível à fiscalização, inclusive para fins de conferência posterior, auditoria e instrução das medições.

7.4. Da comunicação e das determinações da fiscalização

7.4.1. As comunicações relativas à execução contratual deverão ocorrer entre os representantes formalmente designados pela Administração e o **preposto da contratada**, sem prejuízo das comunicações formais exigidas pela legislação ou pelo contrato.

7.4.2. As determinações da fiscalização deverão ser compatíveis com as atribuições do agente, com o objeto contratado e com os limites estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato.

7.4.3. Quando a ocorrência exigir decisão ou providência que ultrapasse sua competência, o fiscal deverá comunicar tempestivamente o gestor ou a autoridade competente, instruindo a comunicação com os elementos necessários à tomada de decisão, em conformidade com o art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4.4. As determinações que impliquem correção de falhas, adequação de procedimentos ou regularização da execução deverão ser registradas de forma suficientemente precisa para permitir a posterior verificação do seu cumprimento.

7.5. Do tratamento das não conformidades

7.5.1. Identificada falha, defeito, omissão ou execução em desacordo com as condições contratadas, a

fiscalização deverá registrar a ocorrência e determinar à contratada a adoção das medidas necessárias à sua regularização, observado prazo compatível com a natureza e a gravidade da ocorrência.

7.5.2. A correção de uma não conformidade não afastará a possibilidade de **glosa da parcela correspondente ao serviço não executado ou executado em desconformidade**, quando cabível, nem a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação.

7.5.3. Quando a natureza da falha permitir correção sem comprometimento do interesse público, a fiscalização deverá indicar objetivamente a providência necessária e o prazo para seu cumprimento, registrando posteriormente o resultado da verificação.

7.5.4. A reincidência de falhas, o descumprimento de determinações ou a ocorrência de irregularidades capazes de comprometer a continuidade, a segurança ou a qualidade dos serviços deverão ser comunicados ao gestor para avaliação das medidas administrativas e sancionatórias cabíveis.

7.6. Da medição e do recebimento

7.6.1. A fiscalização técnica deverá subsidiar a medição mediante a conferência dos serviços efetivamente executados, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, não sendo suficiente, para fins de liquidação da despesa, a simples declaração unilateral da contratada.

7.6.2. O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado ou documento equivalente, após a verificação do cumprimento das exigências técnicas e contratuais pertinentes.

7.6.3. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou por comissão designada pela autoridade competente, após a análise da documentação pertinente e a confirmação do atendimento das exigências contratuais, observado o procedimento e os prazos definidos no contrato.

7.6.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto nem impede a apuração posterior de vícios, defeitos, incorreções ou irregularidades identificadas nos limites da legislação e do contrato.

7.7. Da avaliação da execução contratual

7.7.1. A avaliação da execução contratual será realizada com base em parâmetros objetivos, especialmente quanto à disponibilidade dos equipamentos, correspondência com as especificações contratadas, cumprimento das Ordens de Serviço, horas efetivamente executadas, regularidade dos motoristas e operadores, condições de conservação e segurança e atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.7.2. Eventual adoção de **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, fator de desempenho ou mecanismo específico de ajuste da remuneração dependerá de definição expressa no instrumento convocatório e no contrato, com indicação prévia dos indicadores, parâmetros, metodologia de aferição e respectivas consequências financeiras.

7.7.3. Na ausência de IMR ou mecanismo específico de ajuste, a remuneração observará os critérios de

medição estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo da adoção de medidas corretivas, glosas e aplicação das sanções cabíveis diante de execução irregular.

7.8. Da responsabilidade pela fiscalização

7.8.1. Os fiscais deverão registrar as ocorrências relacionadas à execução e determinar as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados, comunicando ao superior hierárquico as situações que demandem decisão ou providência além de sua competência, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.2. A gestão e a fiscalização deverão observar os princípios da **segregação de funções, motivação, rastreabilidade, objetividade, proporcionalidade e formalização dos atos**, de modo que as decisões relativas à execução contratual possam ser posteriormente verificadas e auditadas.

7.8.3. O acompanhamento contratual deverá produzir documentação suficiente para demonstrar, ao longo da vigência do ajuste, a correspondência entre **o que foi contratado, o que foi efetivamente executado, o que foi medido, o que foi recebido e o que foi pago**, assegurando a adequada instrução dos processos de medição, liquidação e pagamento.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Da Regra Geral de Medição

8.1.1. A medição dos serviços será realizada **mensalmente**, considerando exclusivamente as horas efetivamente executadas, registradas e atestadas pela fiscalização, em conformidade com as respectivas Ordens de Serviço e com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.2. Para fins de medição, deverão ser registrados, no mínimo, a data da execução, os horários de início e término, o item contratado, a identificação do veículo, máquina ou equipamento utilizado, o motorista ou operador responsável, o local de execução, o serviço realizado e eventuais ocorrências verificadas durante a prestação.

8.1.3. A quantidade máxima anual estabelecida para cada item constitui limite estimativo da contratação e não representa garantia de utilização integral pela Administração. A remuneração será calculada exclusivamente sobre as horas efetivamente executadas e regularmente atestadas.

8.1.4. A fiscalização deverá confrontar os registros de execução com as respectivas Ordens de Serviço, verificando a correspondência entre o equipamento disponibilizado, o período de utilização, o local, a atividade realizada e as horas efetivamente trabalhadas.

8.1.5. Não serão consideradas para fins de pagamento as horas ou períodos em que o equipamento não estiver efetivamente empregado na execução dos serviços, ressalvadas as situações de espera expressamente determinadas e previamente autorizadas pela Administração, desde que não decorram de fato imputável à contratada.

8.2. Dos períodos não remuneráveis

8.2.1. Não serão objeto de pagamento, isoladamente, os períodos correspondentes a:

- I. manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, máquinas e equipamentos;
- II. abastecimento de combustível;
- III. períodos destinados a refeições;
- IV. ausência de motorista ou operador;
- V. paralisações decorrentes de defeitos, falhas mecânicas ou indisponibilidade do equipamento;
- VI. deslocamento da base da contratada até o primeiro local de execução;
- VII. mobilização e desmobilização;
- VIII. períodos de espera ou inatividade decorrentes de fato imputável à contratada; e
- IX. quaisquer outros períodos em que não tenha havido efetiva execução do serviço, quando a paralisação decorrer de responsabilidade da contratada.

8.2.2. Eventual período de espera determinado exclusivamente pela Administração poderá ser considerado para fins de pagamento somente quando houver **autorização expressa da fiscalização e registro circunstanciado da ocorrência**, contendo a justificativa, o período correspondente e a vinculação à respectiva Ordem de Serviço.

8.2.3. As situações de indisponibilidade decorrentes de quebra, manutenção, ausência de profissional, falta de combustível ou outras ocorrências imputáveis à contratada não gerarão direito ao pagamento do período correspondente, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

8.3. Da conferência e do atesto

8.3.1. Concluído o período mensal de execução, a contratada deverá apresentar a documentação necessária à conferência dos serviços, observados os registros e procedimentos definidos pela Administração.

8.3.2. A fiscalização procederá à conferência da medição, verificando a efetiva execução das horas informadas e sua compatibilidade com as Ordens de Serviço e demais registros de acompanhamento.

8.3.3. Constatadas divergências entre os serviços informados pela contratada e aqueles efetivamente executados, a fiscalização promoverá os ajustes necessários antes do atesto, inclusive com a exclusão das horas não comprovadas ou não remuneráveis.

8.3.4. A emissão da nota fiscal deverá ocorrer após a conferência da medição, não sendo admitido faturamento antecipado de horas ainda não executadas.

8.3.5. O atesto da medição ficará condicionado à comprovação da execução regular dos serviços e à apresentação dos documentos exigidos para a liquidação da despesa.

8.4. Das glosas

8.4.1. Poderão ser glosados os valores correspondentes às horas que:

- I. não tenham sido efetivamente executadas;
- II. não estejam devidamente registradas ou comprovadas;
- III. não estejam vinculadas à respectiva Ordem de Serviço;
- IV. correspondam a períodos não remuneráveis previstos neste Termo de Referência;
- V. tenham sido executadas em desconformidade com as condições contratadas, quando não houver direito à respectiva remuneração; ou
- VI. sejam incompatíveis com os registros mantidos pela fiscalização.

8.4.2. A realização de glosa deverá ser devidamente registrada e fundamentada nos documentos de medição, permitindo a identificação das horas ou valores excluídos e das razões que justificaram o ajuste.

8.4.3. A correção de eventual irregularidade pela contratada não implicará, por si só, direito ao pagamento de período que não seja remunerável segundo os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.5. Do faturamento

8.5.1. O faturamento será realizado mensalmente, após a conclusão da medição, sua conferência pela fiscalização e o respectivo atesto.

8.5.2. A nota fiscal deverá corresponder aos serviços efetivamente executados e aprovados na medição, observando os quantitativos, valores unitários e demais condições estabelecidas no contrato.

8.5.3. A documentação fiscal e demais documentos necessários à liquidação deverão ser apresentados na forma e nos meios definidos pela Administração.

8.5.4. Havendo inconsistência na nota fiscal, na documentação ou nos valores faturados, a Administração poderá solicitar sua correção, ficando o pagamento condicionado à regularização da pendência, sem prejuízo da observância dos prazos legalmente aplicáveis.

8.6. Do pagamento

8.6.1. O pagamento será efetuado após a regular execução dos serviços, a realização e aprovação da medição, o atesto da nota fiscal e a regular liquidação da despesa, exclusivamente em relação às horas efetivamente executadas e consideradas devidas.

8.6.2. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados do ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato, após a conferência da medição e a regular liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamentos e as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.

8.6.3. Não haverá pagamento antecipado, sendo a remuneração condicionada à efetiva execução, medição, atesto e liquidação da despesa.

8.6.4. O pagamento não prejudica a possibilidade de apuração posterior de erros, inconsistências ou irregularidades relacionadas à execução ou à medição, observado o disposto na legislação e no contrato.

8.7. Da correspondência entre execução e pagamento

8.7.1. O procedimento de medição e pagamento deverá assegurar a rastreabilidade entre a **Ordem de Serviço emitida, o equipamento efetivamente disponibilizado, as horas executadas, os registros de fiscalização, a medição, o atesto, a nota fiscal e o pagamento**, de modo a permitir a conferência posterior da despesa.

8.7.2. Em nenhuma hipótese o simples registro de disponibilidade do equipamento, a previsão constante da Ordem de Serviço ou o quantitativo máximo registrado na Ata de Registro de Preços constituirá, isoladamente, fundamento para pagamento, que dependerá da efetiva execução e do correspondente atesto.

8.7.3. A sistemática de medição e pagamento deverá preservar a natureza do Sistema de Registro de Preços, de modo que os quantitativos registrados representem **limites máximos estimados**, enquanto a despesa será constituída somente pelos serviços efetivamente solicitados, executados e reconhecidos pela Administração.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da contratada, além daquelas estabelecidas no edital, no contrato, nas Ordens de Serviço e na legislação aplicável:

9.1.1. Disponibilizar os veículos, máquinas e equipamentos nas condições de funcionamento, conservação e segurança exigidas neste Termo de Referência, nas respectivas especificações técnicas e nas Ordens de Serviço.

9.1.2. Disponibilizar, quando previsto para o respectivo item, motoristas e operadores devidamente habilitados, capacitados e autorizados para a execução das atividades, mantendo-os em quantidade suficiente para assegurar a continuidade dos serviços.

9.1.3. Responsabilizar-se integralmente pela seleção, contratação, remuneração, supervisão, substituição e controle dos motoristas e operadores empregados na execução, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da relação de trabalho.

9.1.4. Manter os motoristas e operadores subordinados exclusivamente à contratada, cabendo à Administração estabelecer as condições do serviço, os locais, os horários e os resultados esperados por meio das Ordens de Serviço e da fiscalização contratual, sem caracterização de subordinação direta dos empregados à Administração.

9.1.5. Fornecer, por sua conta e responsabilidade, combustível, lubrificantes, pneus, peças, componentes, acessórios, EPIs, uniformes e demais insumos necessários à adequada execução do objeto, conforme previsto na contratação.

9.1.6. Executar e custear as manutenções preventivas e corretivas necessárias à conservação e ao adequado funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos, sem prejuízo das demais inspeções e verificações exigíveis.

9.1.7. Manter os veículos e equipamentos devidamente regularizados, com a documentação, licenças, registros, inspeções e demais documentos exigíveis para sua utilização, apresentando-os à fiscalização

sempre que solicitado.

9.1.8. Manter os equipamentos em condições de segurança durante toda a execução, observando as especificações do fabricante e as normas de segurança aplicáveis, especialmente, quando pertinentes à atividade, as disposições das **NR-10, NR-12 e NR-35**.

9.1.9. Nos itens que envolvam trabalho em altura, elevação de pessoas ou materiais ou utilização de equipamentos especializados, manter em condições adequadas de funcionamento os dispositivos de segurança, sistemas de emergência, estabilizadores, limitadores, comandos e demais componentes necessários à operação segura.

9.1.10. Fornecer e exigir a utilização dos equipamentos de proteção individual e demais sistemas de proteção necessários às atividades, conforme os riscos envolvidos e as normas aplicáveis.

9.1.11. Realizar, quando exigíveis, as inspeções, ensaios, verificações e procedimentos de segurança aplicáveis aos veículos, máquinas e equipamentos, mantendo os respectivos registros e comprovantes disponíveis para fiscalização.

9.1.12. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho aplicável à execução do objeto, bem como os instrumentos coletivos eventualmente incidentes sobre seus empregados.

9.1.13. Elaborar e adotar análise de riscos, procedimentos operacionais e demais medidas de prevenção exigíveis em razão da natureza da atividade, especialmente nos serviços que envolvam trabalho em altura, máquinas ou proximidade de instalações elétricas.

9.1.14. Manter disponibilidade dos equipamentos nos períodos programados, observando o índice mínimo de **98%**, conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, ressalvadas as situações que não sejam imputáveis à contratada.

9.1.15. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, a segurança dos trabalhadores, de terceiros ou do patrimônio público, bem como qualquer circunstância que impeça ou dificulte o cumprimento da Ordem de Serviço.

9.1.16. Substituir, sem custo adicional para o Município, o veículo, máquina ou equipamento que apresente defeito, indisponibilidade, inadequação ou condição insegura, por outro de características equivalentes ou superiores, observado o prazo estabelecido no contrato e neste Termo de Referência.

9.1.17. Substituir os motoristas ou operadores que apresentem irregularidade documental, ausência de habilitação ou capacitação exigida, conduta incompatível com a execução segura do serviço ou qualquer outra condição que impeça sua permanência na atividade.

9.1.18. Atender às Ordens de Serviço regularmente emitidas pela Administração, observando os equipamentos, locais, períodos, atividades, condições especiais e demais parâmetros nelas estabelecidos.

9.1.19. Manter **preposto** para representar a contratada perante a Administração, receber comunicações, acompanhar as ocorrências e providenciar as medidas necessárias à adequada execução do

contrato.

9.1.20. Manter organizados e disponíveis para a fiscalização os registros de manutenção, inspeção, capacitação, treinamento, utilização e demais documentos relacionados à execução, apresentando-os sempre que solicitados.

9.1.21. Responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de atos, omissões, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou representantes, na execução do objeto, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

9.1.22. Observar a legislação ambiental aplicável à execução do objeto, adotando medidas para prevenção de vazamentos e para a destinação ambientalmente adequada de óleos, filtros, pneus, peças e demais resíduos decorrentes da manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos.

9.1.23. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos comprobatórios das manutenções realizadas, inspeções, ensaios, capacitações, habilitações e demais condições necessárias à execução regular e segura dos serviços.

9.1.24. Não utilizar veículos, máquinas, equipamentos ou profissionais em condições que contrariem as especificações contratadas, as normas de segurança ou as determinações legítimas da fiscalização.

9.1.25. Corrigir, às suas expensas, as falhas e irregularidades identificadas na execução que sejam de sua responsabilidade, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas, glosas e sanções cabíveis.

9.1.26. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto que estejam incluídos na composição dos preços contratados, não cabendo ao Município o pagamento de despesas que sejam de responsabilidade da contratada.

9.1.27. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comunicando à Administração qualquer alteração que possa afetar sua capacidade de executar o objeto.

9.1.28. Abster-se de utilizar a estrutura administrativa do Município para a gestão de seus empregados, sendo-lhe assegurada a organização das escalas, substituições, distribuição interna do trabalho e demais aspectos de sua gestão operacional, desde que preservadas a continuidade, a segurança e a qualificação exigidas para os serviços.

9.1.29. Cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e nas Ordens de Serviço, desde que compatíveis com o objeto e com as atribuições legalmente estabelecidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da Contratante, além daquelas estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação aplicável:

10.1.1. Emitir as **Ordens de Serviço** necessárias à execução do objeto, contendo as informações

pertinentes à atividade, ao equipamento solicitado, ao local, ao período de execução, à quantidade estimada de horas e ao responsável pelo acompanhamento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.1.2. Fornecer à contratada, quando necessário, as informações e orientações pertinentes à execução dos serviços, inclusive quanto aos locais de atuação, condições específicas de acesso e demais circunstâncias conhecidas pela Administração que possam interferir na execução.

10.1.1.3. Designar formalmente os agentes responsáveis pela **gestão e fiscalização do contrato**, assegurando a adequada distribuição das atribuições e o acompanhamento da execução.

10.1.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a disponibilidade e as condições dos veículos, máquinas e equipamentos, a correspondência com as especificações contratadas, a atuação dos motoristas e operadores, o cumprimento das Ordens de Serviço e as demais condições previstas no contrato.

10.1.5. Realizar a conferência das medições apresentadas pela contratada, confrontando os registros de execução com as respectivas Ordens de Serviço e demais documentos de acompanhamento, e promover as glosas eventualmente cabíveis.

10.1.6. Registrar as ocorrências verificadas durante a execução e comunicar à contratada as falhas ou desconformidades identificadas, determinando, quando cabível, as providências necessárias à sua regularização.

10.1.7. Suspender a utilização de veículo, máquina ou equipamento que apresente condição insegura ou desconformidade capaz de comprometer a execução, os trabalhadores, terceiros ou o patrimônio público, comunicando a ocorrência à contratada para adoção das providências pertinentes.

10.1.8. Fornecer à contratada, sempre que disponíveis e necessários à execução, os elementos e informações de responsabilidade da Administração indispensáveis ao cumprimento das Ordens de Serviço.

10.1.9. Atestar os serviços regularmente executados, após a verificação de sua conformidade com as condições contratadas, observados os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.10. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços efetivamente executados, medidos, atestados e regularmente liquidados, observados os valores contratados, os critérios de medição e a ordem cronológica aplicável.

10.1.11. Comunicar formalmente à contratada as decisões, determinações e demais providências relacionadas à execução contratual, utilizando os canais e representantes formalmente estabelecidos.

10.1.12. Proporcionar as condições de acesso e de atuação que estejam sob responsabilidade da Administração e sejam necessárias à execução dos serviços, ressalvadas as situações que dependam de providências de terceiros ou de condições externas não controláveis pelo Município.

10.1.13. Receber provisória e definitivamente os serviços, quando atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, observados os procedimentos de recebimento e as

atribuições dos responsáveis pela gestão e fiscalização.

10.1.14. Informar à contratada, em tempo hábil, alterações ou circunstâncias de que tenha conhecimento e que possam afetar a execução dos serviços, especialmente aquelas relacionadas às condições do local, programação das atividades ou necessidade de alteração de Ordem de Serviço.

10.1.15. Não interferir na gestão interna dos empregados da contratada, limitando as orientações à definição dos serviços, locais, condições de execução e resultados esperados, bem como à fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.16. Exigir da contratada, quando necessário ao exercício da fiscalização, a apresentação dos documentos e registros relacionados à execução do objeto, desde que pertinentes às obrigações contratuais e necessários à verificação de sua regularidade.

10.1.17. Adotar as providências administrativas cabíveis diante do descumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à aplicação de glosas, determinação de correções, substituições e, quando configuradas as hipóteses legais, instauração dos procedimentos destinados à aplicação de sanções.

10.1.18. Manter, nos autos do processo de contratação e de execução contratual, os registros necessários à demonstração da correspondência entre **a demanda autorizada, a execução efetivamente realizada, a medição, o recebimento e o pagamento**, assegurando a adequada rastreabilidade da despesa.

10.1.19. Cumprir as demais obrigações que lhe sejam atribuídas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação aplicável.

11. DA FORMA DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Da forma de seleção

11.1.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, admitida a adjudicação de itens distintos a licitantes diferentes. A adoção do julgamento por item decorre da natureza heterogênea dos veículos, máquinas e equipamentos que integram o objeto, permitindo a participação de empresas especializadas em uma ou mais modalidades sem exigir a disponibilização integral de todos os equipamentos.

11.1.2. A licitação será processada pelo **modo de disputa aberto**, observadas as regras, condições e prazos estabelecidos no edital e no sistema eletrônico de contratação.

11.1.3. Cada item constituirá unidade autônoma para fins de formulação de proposta, julgamento, adjudicação e eventual contratação, sem prejuízo da possibilidade de uma mesma licitante apresentar proposta para mais de um item, desde que atenda integralmente às respectivas especificações e condições de habilitação.

11.1.4. As quantidades previstas para cada item constituem **limites máximos estimados**, não gerando obrigação de contratação ou de consumo integral pela Administração, cuja demanda será formalizada gradualmente por meio de Ordens de Serviço, conforme a necessidade efetivamente verificada.

11.2. Das condições de participação e habilitação

11.2.1. Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que atendam às condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

11.2.2. A habilitação será examinada mediante a verificação da documentação relativa à **habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica**, na forma dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.3. A documentação apresentada deverá corresponder à situação jurídica e cadastral atual da licitante, inclusive quanto aos atos constitutivos, alterações societárias, representação e demais elementos necessários à comprovação de sua regularidade.

11.3. Da habilitação jurídica

11.3.1. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os documentos pertinentes à natureza jurídica da licitante, compreendendo, conforme o caso:

- I.** registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- II.** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade empresária;
- III.** documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, quando cabível;
- IV.** ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade não empresária, acompanhado da prova da diretoria em exercício; e
- V.** decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.2. Os documentos deverão estar acompanhados das respectivas alterações ou da consolidação vigente, conforme aplicável, de modo a permitir a verificação da constituição e da representação da licitante.

11.4. Da regularidade fiscal, social e trabalhista

11.4.1. A licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital, observadas as disposições dos arts. 62 e 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4.2. A documentação compreenderá, conforme aplicável:

- I.** comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II.** inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativa ao domicílio ou sede da licitante e compatível com o objeto;

- III. certidão relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- IV. certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- V. certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- VI. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa; e
- VIII. demais declarações exigidas pela legislação e pelo edital.

11.4.3. A licitante deverá observar, durante a execução contratual, a manutenção das condições de habilitação exigidas, especialmente quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista, na forma estabelecida pela legislação aplicável.

11.5. Da qualificação econômico-financeira

11.5.1. A qualificação econômico-financeira deverá demonstrar que a licitante possui condições econômicas para assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, observadas as disposições do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5.2. Para essa finalidade, serão exigidos, na forma estabelecida no edital:

I. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quando admitida pela legislação aplicável;

II. balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social exigível, apresentados na forma da legislação aplicável; e

III. índices contábeis, quando expressamente previstos no edital, calculados com base nas demonstrações contábeis apresentadas, observados critérios objetivos previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

11.5.3. Os documentos e critérios de avaliação econômico-financeira deverão observar a legislação vigente e ser exigidos de forma compatível com a natureza e a dimensão do objeto, sem estabelecer condições que restrinjam indevidamente a competitividade.

11.6. Da qualificação técnico-operacional

11.6.1. Para fins de definição das parcelas de maior relevância técnica e econômica, serão considerados os **itens 1 a 5**, que representam conjuntamente parcela predominante do valor estimado da contratação. Para essas parcelas, poderá ser exigida comprovação de experiência correspondente a até **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos anuais previstos**, observados os limites estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

11.6.2. Os quantitativos máximos de comprovação para as parcelas de maior relevância serão:

Item	Quantitativo anual previsto	Quantitativo mínimo para comprovação
1	9.468 h	4.734 h
2	3.240 h	1.620 h
3	2.340 h	1.170 h
4	2.748 h	1.374 h
5	2.748 h	1.374 h

11.6.3. Os quantitativos correspondem a 50% das quantidades anuais previstas para cada uma das parcelas indicadas.

11.6.4. Será admitida a apresentação de mais de um atestado para comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que os documentos, individualmente ou em conjunto, permitam comprovar o atendimento aos quantitativos e às características mínimas exigidas, desde que tecnicamente compatíveis.

11.6.5. Para os **itens 8, 9 e 10**, em razão das características específicas dos equipamentos destinados a atividades com elevação de pessoas e/ou materiais, poderá ser exigida comprovação de experiência anterior compatível com a disponibilização ou locação de veículo ou equipamento dotado de **cesto aéreo, plataforma elevatória, guindaste com cesto ou solução de complexidade operacional semelhante**, conforme o item pretendido.

11.6.6. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência pela Administração, inclusive mediante consulta à pessoa jurídica emitente, para verificação de sua autenticidade, conteúdo, quantitativos, período de execução e compatibilidade com o objeto licitado.

11.7. Da qualificação técnico-profissional

11.7.1. Não será exigido, de forma genérica, registro da licitante em conselho profissional ou indicação de responsável técnico quando a atividade correspondente não estiver legalmente sujeita à fiscalização profissional específica.

11.7.2. Quando determinada atividade integrante do objeto estiver legalmente sujeita à atuação de profissional habilitado ou ao registro perante conselho profissional, a exigência será individualizada no edital, de acordo com a legislação aplicável e com as características efetivamente exigidas para a execução do respectivo item.

11.7.3. Quando cabível, a comprovação da capacidade técnico-profissional observará o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante profissional devidamente registrado no conselho profissional competente e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

11.8. Das declarações e demais documentos de habilitação

11.8.1. A licitante deverá apresentar, no sistema eletrônico ou na forma estabelecida no edital, as

declarações exigidas pela legislação e pelo instrumento convocatório, incluindo, quando aplicáveis:

- I.** declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- II.** declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- III.** declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- IV.** declaração relativa ao cumprimento das normas de proteção ao trabalho do menor;
- V.** declaração de inexistência de impedimento à participação no certame decorrente de sanção legalmente aplicável; e
- VI.** demais declarações previstas na legislação e no edital.

11.8.2. Às microempresas, empresas de pequeno porte e demais empresas equiparadas será assegurado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, quando preenchidos os respectivos requisitos legais.

11.9. Das exigências ambientais vinculadas à habilitação

11.9.1. Não será estabelecida, como requisito genérico de habilitação, a apresentação de Licença de Operação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, registro no Cadastro Técnico Federal – CTF/IBAMA ou documento equivalente quando tais exigências não forem legalmente aplicáveis à atividade efetivamente contratada.

11.9.2. Quando determinada licença, autorização, registro ou cadastro for legalmente obrigatório para atividade específica relacionada à execução do objeto, sua exigência deverá ser expressamente prevista no edital e devidamente vinculada à atividade que a torna necessária.

11.10. Da verificação da documentação

11.10.1. Os documentos cuja autenticidade ou validade possa ser verificada diretamente em sítios eletrônicos oficiais poderão ser consultados pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade da licitante pela veracidade das informações e documentos apresentados.

11.10.2. A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações relativas aos documentos apresentados, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a alteração substancial da documentação ou a inclusão posterior de documento que deveria ter sido apresentado originalmente, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

11.10.3. A ausência de documentação exigida, a incompatibilidade do documento com a natureza jurídica da licitante ou a impossibilidade de comprovação dos requisitos de habilitação poderá ensejar a inabilitação, observados o julgamento objetivo, a isonomia, a razoabilidade, a proporcionalidade e a

competitividade.

12. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Do reajuste

12.1.1. Os preços registrados e contratados poderão ser reajustados após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o disposto no edital, na Ata de Registro de Preços, nos instrumentos contratuais e na legislação aplicável. A Lei Federal nº 14.133/2021 exige a previsão do índice de reajustamento, com data-base vinculada ao orçamento estimado, e estabelece, para os serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, o reajustamento em sentido estrito.

12.1.2. Para o reajustamento dos preços será adotado **exclusivamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, tendo como data-base **junho de 2026**, correspondente à referência utilizada na formação do orçamento estimativo, ressalvada eventual alteração da data-base em decorrência de atualização formal do orçamento antes da publicação do edital.

12.1.3. Fica afastada a utilização simultânea do índice EMOP como critério de reajustamento contratual, permanecendo as referências EMOP e SCO/RIOCUSTO utilizadas exclusivamente para a formação inicial dos preços estimados, conforme os parâmetros da fase preparatória.

12.1.4. O reajuste incidirá sobre os preços vigentes, observada a variação acumulada do IPCA no período correspondente e o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses, não se admitindo a aplicação de reajuste em período inferior ao estabelecido na legislação.

12.1.5. A variação negativa do índice, quando ocorrer, será igualmente considerada para fins de atualização dos preços, observado o regime jurídico aplicável e o resultado efetivamente apurado no período.

12.1.6. O reajuste será formalizado por simples apostilamento quando consistir exclusivamente na aplicação do índice previsto contratualmente, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Da repactuação

12.2.1. **Não se aplica à presente contratação o instituto da repactuação**, uma vez que o objeto não prevê regime de dedicação exclusiva de mão de obra nem predominância de mão de obra, tendo a execução sido estruturada mediante disponibilização eventual de veículos, máquinas e equipamentos, com motoristas e operadores vinculados à contratada, sem subordinação direta à Administração.

12.2.2. A não aplicação da repactuação decorre da própria estrutura contratual adotada, na qual a remuneração será calculada com base nas horas efetivamente executadas e medidas, permanecendo sob responsabilidade da contratada os custos ordinários de pessoal, combustível, manutenção, pneus, peças, seguros e demais insumos necessários à execução do objeto.

12.2.3. Caso, por alteração superveniente e formalmente justificada do regime de execução, sejam preenchidos os pressupostos legais para adoção da repactuação, deverão ser observadas as disposições dos

arts. 92 e 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto ao interregno mínimo de 1 (um) ano e à demonstração analítica da variação dos custos.

12.3. Do equilíbrio econômico-financeiro

12.3.1. Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando ocorrer fato superveniente que, observada a repartição objetiva de riscos estabelecida na contratação, produza efetivo desequilíbrio da equação econômico-financeira inicialmente pactuada.

12.3.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser reconhecido nas hipóteses de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução contratual tal como pactuada, desde que o evento não constitua risco expressamente atribuído à contratada pela matriz de riscos.

12.3.3. O pedido deverá ser formulado pela parte interessada durante a vigência do contrato e acompanhado de documentação idônea que demonstre, de forma objetiva, o evento superveniente, sua efetiva repercussão sobre os custos ou receitas da contratação e o nexo de causalidade entre o fato alegado e o desequilíbrio econômico-financeiro invocado.

12.3.4. A análise do pedido caberá à Administração, que poderá solicitar documentos complementares, realizar diligências e proceder às verificações necessárias à apuração da efetiva ocorrência do desequilíbrio e de sua extensão.

12.3.5. Não será reconhecido pedido de recomposição destinado a transferir à Administração riscos que tenham sido expressamente alocados à contratada pela matriz de riscos ou que já tenham sido considerados nos preços contratados, inclusive aqueles relacionados à manutenção, combustível, peças, pneus, profissionais, funcionamento e disponibilidade dos equipamentos.

12.3.6. Nas hipóteses em que a alteração unilateral determinada pela Administração aumentar ou reduzir os encargos da contratada, deverá ser restabelecido, no mesmo instrumento de alteração, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma do art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.7. A criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços contratados, ensejará a correspondente alteração dos valores, para mais ou para menos, nos termos do art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Da estimativa de preços

13.1.1. O valor estimado da contratação foi elaborado com base nos quantitativos definidos para os 10 (dez) itens e nos respectivos preços unitários referenciais constantes das planilhas de levantamento, estimativa e orçamento que instruem a fase preparatória, observados os parâmetros de mercado e as referências de custos aplicáveis.

13.1.2. Para os **itens 1 a 7**, foram utilizados como referência os preços da **Tabela EMOP**,

competência junho de 2026, acrescidos do **BDI de 23,04%**, conforme composição constante da documentação orçamentária.

1 3 . 1 . 3 . Para os **itens 8 a 10**, de natureza especializada, foram utilizadas as referências **SCO/RIOCUSTO, competência julho de 2026**, igualmente consideradas com o BDI de 23,04%.

13.1.4. O BDI adotado corresponde a **23,04%**, contemplando, conforme a composição constante do Estudo Técnico Preliminar, 3,00% de Administração Central, 0,50% de Seguro e Garantia, 0,50% de Risco, 1,00% de Despesas Financeiras, 7,00% de Lucro e 8,65% de tributos, sendo 5,00% de ISSQN, 3,00% de COFINS, 0,65% de PIS e 0,00% de contribuição previdenciária para o INSS.

1 3 . 1 . 5 . A aplicação do BDI deverá observar a composição efetivamente utilizada em cada referência, de forma a evitar sua incidência em duplicidade sobre preços que eventualmente já contenham parcelas correspondentes.

13.1.6. Considerados os quantitativos anuais e os preços unitários referenciais adotados, a estimativa apresenta a seguinte composição:

Item	Quantidade anual	Unidade	Valor unitário estimado	Valor anual estimado
1	9.468	H	R\$ 319,78	R\$ 3.027.677,04
2	3.240	H	R\$ 307,65	R\$ 996.786,00
3	2.340	H	R\$ 436,45	R\$ 1.021.293,00
4	2.748	H	R\$ 252,16	R\$ 692.935,68
5	2.748	H	R\$ 351,92	R\$ 967.076,16
6	660	H	R\$ 474,06	R\$ 312.879,60
7	1.440	H	R\$ 167,92	R\$ 241.804,80
8	3.168	H	R\$ 218,29	R\$ 691.542,72
9	3.168	H	R\$ 505,52	R\$ 1.601.487,36
10	3.168	H	R\$ 322,97	R\$ 1.023.168,96

Item 1: Caminhão basculante tipo toco, capacidade de 7,00 m³, inclusive motorista.

Item 2: Caminhão-tanque, capacidade de 15.000 litros, inclusive motorista.

Item 3: Trator de esteiras, motor diesel de aproximadamente 80 cv, com lâmina de aproximadamente 1.290 kg, inclusive operador.

Item 4: Retroescavadeira/carregadeira, motor diesel de aproximadamente 75 cv, caçamba de 0,76 m³ e profundidade máxima de escavação de 4,00 m, inclusive operador.

Item 5: Caminhão basculante tipo médio-pesado, trucado, capacidade de 12,00 m³, inclusive motorista.

Item 6: Carreta para transporte pesado, capacidade para carga útil de 30 t, inclusive motorista.

Item 7: Micro-ônibus, capacidade mínima de 15 lugares, motor diesel, inclusive motorista.

Item 8: Caminhão com carroceria fixa, capacidade de 3,50 t, equipado com cesto aéreo isolado para 69 kV, altura de operação de 9,00 m, inclusive motorista operador.

Item 9: Caminhão com carroceria fixa, capacidade de 7,50 t, equipado com plataforma aérea dupla ou cesto duplo isolado para 69 kV, altura de operação de 23,50 m, inclusive motorista operador.

Item 10: Caminhão com carroceria fixa, capacidade de 7,50 t, cesto duplo e guindaste hidráulico, com alcance de 16 m, inclusive motorista operador.

13.1.7. Os sete primeiros itens totalizam **R\$ 7.260.452,28**, enquanto os três equipamentos especializados correspondem a **R\$ 3.316.199,04**.

13.1.8. Assim, o **valor global estimado da contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 10.576.651,32 (dez milhões, quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos)**. O valor corresponde à soma dos itens 1 a 7, no montante de R\$ 7.260.452,28, e dos itens 8 a 10, no montante de R\$ 3.316.199,04.

13.1.9. A estimativa foi estruturada de forma compatível com a necessidade de registro de preços e com a natureza variável da demanda, devendo os quantitativos registrados ser entendidos como limites máximos estimados, sem implicar obrigação de contratação integral.

13.1.10. A estimativa de preços deverá permanecer compatível com os parâmetros efetivamente utilizados na formação do orçamento e com a pesquisa de preços juntada aos autos, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. A referida Lei determina que o valor previamente estimado seja compatível com os preços praticados pelo mercado e que o processo seja instruído com os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e respectivos documentos de suporte.

13.2. Da dotação orçamentária

13.2.1. Para suportar as despesas decorrentes da execução desta contratação, foi indicada a seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Informação
Unidade Orçamentária	0701
Função	15 – Urbanismo
Subfunção	451
Programa/Ação	15.451.0124.0001
Natureza da Despesa	3.3.90.39
Fonte de Recursos	720
Ficha	269

13.2.2. A classificação foi indicada pela unidade demandante e consta da documentação da fase preparatória.

13.2.3. Considerando que a presente contratação será realizada mediante **Sistema de Registro de Preços**, a existência da estimativa global não representa, por si só, obrigação de execução integral da despesa, uma vez que as contratações decorrerão da necessidade efetivamente verificada pela Administração e serão remuneradas conforme os serviços efetivamente executados e medidos.

13.2.4. A disponibilidade orçamentária necessária à formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverá ser verificada e certificada pelo setor competente, previamente à assunção da respectiva despesa, observada a legislação orçamentária e financeira aplicável.

13.2.5. A classificação orçamentária indicada neste Termo de Referência deverá ser objeto de **confirmação conclusiva pelo setor de Contabilidade e Finanças antes da publicação do edital**, conforme

registrado nos documentos da fase preparatória.

13.2.6. Eventual alteração da classificação, da fonte de recursos, da ficha ou de qualquer outro elemento orçamentário deverá ser formalmente registrada nos autos e compatibilizada com os instrumentos de planejamento e com a efetiva execução da contratação.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou contratado que praticar as condutas previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual estará sujeito às sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, na **Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**, e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

14.2. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na legislação aplicável:

- I.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** deixar de entregar documentação exigida para o certame ou para a contratação;
- V.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** recusar-se injustificadamente a celebrar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- VII.** retardar ou deixar de executar o objeto sem motivo justificado;
- VIII.** apresentar declaração ou documentação falsa, ou prestar declaração inverídica durante a licitação ou a execução contratual;
- IX.** fraudar a licitação ou a execução do contrato;
- X.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

14.3. Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

- I. advertência;**
- II. multa;**
- III. impedimento de licitar e contratar; e**

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.4. A advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses legalmente previstas e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A multa poderá ser aplicada de forma moratória ou compensatória, conforme a natureza da infração e os parâmetros estabelecidos no edital, no contrato e na legislação aplicável.

14.6. A **multa moratória**, decorrente de atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre **0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, observado o limite de 30 (trinta) dias e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

14.7. A **multa compensatória**, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total, descumprimento de cláusulas contratuais, da Ata de Registro de Preços, do Termo de Referência ou das disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de **30% (trinta por cento) do valor do contrato**, observados os limites legais e a dosimetria aplicável. Nas hipóteses de menor gravidade, poderão ser considerados os percentuais reduzidos previstos na regulamentação municipal.

14.8. Sem prejuízo da multa, poderão ser aplicadas as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade, conforme a natureza e a gravidade da infração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal.

14.9. O **impedimento de licitar e contratar** poderá ser aplicado, nas hipóteses legalmente previstas, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção.

14.10. A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada nas hipóteses previstas na legislação, observados os respectivos prazos, efeitos e condições de reabilitação estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela legislação municipal aplicável.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados, cumulativamente, conforme o caso:

- I.** a natureza e a gravidade da infração;
- II.** as peculiaridades do caso concreto;
- III.** a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida;
- IV.** os danos decorrentes da conduta para a Administração Pública;
- V.** o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;
- VI.** as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- VII.** a adequação da sanção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;
- VIII.** o eventual cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC; e

IX. o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

14.12. A existência de reincidência, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e eventual concurso de infrações serão consideradas na dosimetria da penalidade, mediante decisão administrativa devidamente motivada, observada a regulamentação municipal aplicável.

14.13. A aplicação de sanção administrativa não afasta a obrigação da contratada de **reparar integralmente os danos causados à Administração**, nem impede a adoção das demais medidas administrativas, civis ou judiciais cabíveis.

14.14. Poderão ensejar a aplicação de multa e, conforme a gravidade e a reincidência, de outras penalidades, entre outras ocorrências relacionadas à execução do objeto:

- I.** atraso injustificado na execução dos serviços;
- II.** paralisação indevida dos serviços;
- III.** substituição intempestiva de veículos, máquinas, equipamentos ou profissionais;
- IV.** descumprimento de Ordem de Serviço;
- V.** indisponibilidade injustificada dos equipamentos;
- VI.** reincidência em falhas operacionais; e
- VII.** descumprimento das demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços ou no contrato.

14.15. A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, com indicação da conduta imputada, enquadramento jurídico, sanção proposta e respectiva fundamentação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.16. As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente, na forma da legislação federal e municipal pertinente, observados os procedimentos previstos para o **Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR**, quando cabível.

14.17. A aplicação das sanções previstas neste item não prejudica a possibilidade de extinção do contrato ou de cancelamento da Ata de Registro de Preços, quando presentes os pressupostos legais e contratuais, observados o devido processo e as garantias aplicáveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A presente contratação abrange exclusivamente os **10 (dez) itens** descritos neste Termo de Referência, com as respectivas especificações, quantitativos, unidades de medida e condições de execução estabelecidas ao longo do instrumento.

15.2. A execução do objeto deverá observar, além deste Termo de Referência, o edital, a Ata de Registro de Preços, os instrumentos contratuais dela decorrentes, as Ordens de Serviço e a legislação aplicável, especialmente as normas de trânsito, ambientais, trabalhistas, de segurança e as normas técnicas pertinentes a

cada atividade.

15.3. O registro de preços não gera obrigação de contratação ou de utilização integral dos quantitativos máximos estimados, ficando cada contratação condicionada à efetiva necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e ao atendimento das demais condições legais e administrativas aplicáveis.

15.4. Eventuais alterações nas características do objeto, quantitativos, especificações técnicas, metodologia de execução, estimativa de preços, matriz de riscos ou demais elementos que integrem o planejamento da contratação deverão ser **formalmente motivadas e previamente compatibilizadas com os documentos que instruem a fase preparatória**, de modo a preservar a coerência, a rastreabilidade e a correspondência entre a necessidade administrativa e a solução contratada.

15.5. Qualquer alteração que repercuta sobre a descrição da necessidade, os quantitativos, os preços estimados, a classificação orçamentária ou a distribuição de riscos deverá, quando cabível, ensejar a atualização coordenada do **Documento de Formalização da Demanda – DFD, do Estudo Técnico Preliminar – ETP, da memória de cálculo, da pesquisa de preços, da matriz de riscos e dos documentos orçamentários**, antes do prosseguimento da correspondente etapa do procedimento.

15.6. Os casos omissos serão solucionados pela Administração, observados os princípios que regem as contratações públicas, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, a regulamentação municipal aplicável e as demais normas pertinentes ao objeto.

15.7. A fiscalização e a gestão da contratação deverão assegurar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos instrumentos dele decorrentes, especialmente quanto à execução das Ordens de Serviço, às horas efetivamente executadas, à disponibilidade dos equipamentos, à regularidade documental e ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

15.8. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os documentos e elementos que fundamentaram a definição do objeto, dos quantitativos, da estimativa de preços e das condições de execução, observada a correspondente atualização sempre que houver alteração formal da contratação.

GERALDO ANTONIO TEODORO LIMA
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO
PORTARIA Nº 351/2025

LEONARDO GUALANDE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PORTARIA Nº 265/2025

Bom Jesus do Itabapoana, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Antônio Teodoro Lima, Coordenador**, em 25/09/2026, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gualande Almeida, Secretário Municipal**, em 25/09/2026, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://noroste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://noroste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://noroste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00308861** e o código CRC **D55C0C91**.

Referência: Processo nº BJI-030214/000170/2026

SEI nº 00308861

Rua José Bastos Borges, 704, - Bairro Pimentel Marques, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, CEP 28360-000
Telefone: